

SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

Amanda de Oliveira Santana

Universidade Federal do Mato Grosso

Resumo

A formação de professores é uma área estratégica para a melhoria do processo educacional. Por meio desta, é possível promover mudança de comportamento dos alunos nos diferentes aspectos da sua formação e aprendizagem. Nesse âmbito, as questões relativas à sexualidade são fundamentais para o desenvolvimento de relações sociais e afetivas satisfatórias a partir da adolescência. Nesse sentido, o presente trabalho propôs um curso de formação continuada sobre questões de gênero e sexualidade no âmbito escolar para alunos de graduação em Pedagogia. Seu objetivo consistiu em desenvolver habilidades nos futuros docentes, relacionadas a descrever, discutir e relacionar informações sobre sexualidade em sua dimensão biológica e psicossocial. Foram realizados quatro encontros, com 40 participantes, entre docentes e futuros docentes, sendo trabalhados temas que abordavam desde os âmbitos legais acerca da diversidade até a humanização e acolhimento de crianças na escola. A partir destas, planejou-se, implementou-se e avaliou-se, por meio de um questionário, programas na área de sexualidade no contexto escolar. Os resultados mostraram um crescimento nos valores dos níveis de conhecimento que os participantes julgavam possuir em relação aos temas abordados ao final do curso, assim como esboço de estratégias de promoção e proteção da saúde sexual que estavam direcionadas a orientação/formação.

Palavras chave: Formação Continuada. Gênero. Sexualidade.

Introdução

Gênero e sexualidade são temas discutidos e problematizados na sociedade nas diferentes formas e discursos. Por vezes, essas discussões funcionam como mecanismos de captura, nomeação e, por que não dizer, patologização da vida, do diferente.

Considerando a forma como a sociedade atual está organizada, através dos seus mecanismos de poder, institucionalizados ou não, procuramos nesta pesquisa estabelecer uma saída possível no âmbito da educação para o convívio com as diferenças.

A escola ao longo de sua história tem atuado no sentido de homogeneizar a formação do sujeito e, assim, atender a um projeto de homem, heterossexual, branco, cristão, burguês, econômica e socialmente viável a uma cultura única e dominante (SOUZA, GALINDO, 2011, p.25).

No Brasil, as políticas públicas relacionadas à sexualidade visam o desenvolvimento de práticas de cuidado voltadas à saúde integral dos adolescentes, com destaque às ações educativas que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida e a redução de riscos e vulnerabilidades (BRASIL, 2005, 2007a, 2007b).

O Estado brasileiro implementou políticas públicas para a universalização do ensino. Tal política se propõe a disponibilizar a todos o acesso ao conhecimento historicamente produzido e sistematizado pela humanidade, favorecendo as condições necessárias para a aprendizagem do exercício da cidadania. Há que se investir no processo de educação continuada do professor para que este possa desenvolver o conhecimento, as competências e as habilidades necessárias para o ensino na diversidade (LEITE, ARANHA, 2005, p.206).

Diversidade entendida como:

A diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social (inclusive econômica) das diferenças. Ela é construída no processo histórico cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Os aspectos tipicamente observáveis, que se aprende a ver como 3943 diferentes, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. Inobstante a hierarquia que existe no sistema, os papéis devem ser definidos e trabalhados de forma colaborativa, para que ocorra efetivamente respeito à diversidade, aos princípios democráticos constituídos legalmente. (CONEB, 2008, p. 63).

Contudo, segundo Vianna, Unbehaum (2004), a compreensão das relações de gênero pela escola pode permanecer velada, uma vez que as políticas públicas não as mencionam e, quando o fazem, não exploram em todos os temas e itens curriculares os antagonismos de gênero presentes na organização educacional.

“A escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e gênero, mostrando-se muitas vezes perdida e insegura diante das cenas que não estão presentes em

seus manuais” (GROSSI, 2005, p. 53). Isto contribui para que professores tenham dificuldades ao lidar com os diferentes questionamentos relacionados à sexualidade.

De acordo com Gatti (2013), o cenário atual da formação de professores no Brasil é marcado por currículos fragmentados, conteúdos excessivamente genéricos e com grande dissociação entre teoria e prática, estágios fictícios e avaliação precária, interna e externa.

Segundo Carvalho (2005, p.97), a identidade do professor pode ser definida por diversos fatores, entre eles, a frustração na profissão, derivada dos baixos salários; a ausência de condições para o bom exercício profissional; a má-formação inicial; a ausência de processos de formação continuada; as más relações de trabalho; as múltiplas exigências extra classe; a dupla jornada de trabalho, dentre outros. Por se tratar de uma questão complexa, abarcaremos neste trabalho especificamente a formação continuada de futuros professores relacionadas às questões de sexualidade e gênero em sua dimensão biológica e psicossocial.

O objetivo deste trabalho esteve na análise capacitação de estudantes de Pedagogia, a partir dos seus saberes prévios, para o enfrentamento da complexidade do processo educativo e, ainda, as competências e as habilidades necessárias para o ensino na diversidade sexual. Para tanto, o presente projeto tem o objetivo de capacitar estudantes de Pedagogia a atuarem no sentido acolher as diversidades no âmbito escolar, especificamente, relacionadas à sexualidade e gênero em sua dimensão biológica e psicossocial.

Para tal, inicialmente foi elaborado a programação de ensino, plano de atividades e questionário considerando o público em questão. Assim, o curso foi ministrado em quatro encontros com duração de 2h00min cada, utilizando-se de aulas expositivas, rodas de conversa e estudo de situações problema.

A formação de professores é uma das áreas mais importantes para o sucesso da mudança de comportamento dos alunos nos diferentes aspectos da sua formação e aprendizagem. Ainda hoje, é relevante falar sobre sexualidade na escola. Os professores apresentam dificuldades para trabalhar este tema em sala de aula. Muitas vezes, direcionam-se para o modelo biológico-centrado desconsiderando a dimensão biopsicossocial dos indivíduos.

Com a realização das intervenções educativas, foi possível verificar a mudança comportamental dos participantes, o enriquecimento dos conhecimentos que eles já possuíam referentes aos temas abordadas, a aquisição de novos conhecimentos e a desconstrução de algumas ideias engessadas ou mesmo preconceituosas.

Assim, ações como esta podem e devem ser realizadas junto aos professores e aos futuros professores, de modo que consigam dar as condições necessárias aos estudantes para

que estes possam realizar tomadas de decisões mais assertivas com relação a sua própria sexualidade.

Metodologia

A educação como um caminho possível nos debates sobre diversidade na escola

Nesse contexto, planejou-se um trabalho de formação em gênero e diversidade(s) com docentes e futuros docentes, utilizando-se como base a metodologia da programação de ensino. A programação de ensino contribui para esse modelo de trabalho, segundo Botomé (1993), para planejar a capacitação de qualquer profissional que caracterize necessidades sociais da população e possibilidades de atuação derivadas dessas necessidades. Dessa maneira, a descoberta dos comportamentos que caracterizam o que o profissional faz quando exerce um papel ou função social é o ponto de partida para estabelecer objetivos de ensino para um programa de ensino para capacitar docentes e futuros docentes.

Partindo da programação de ensino, foram elaborados objetivos de ensino para serem desenvolvidos durante o curso, que se tornassem comportamentos efetivos ao fim do curso.

Os objetivos de ensino foram:

1.1 Falar sobre sexualidade com os alunos.

- 1.1.1 Identificar e descrever variáveis capazes de produzir as condições necessárias para a fala com os alunos;
- 1.1.2 Levantar quais conhecimentos sobre o tema sua área oferece.

1.2 Discutir, dentro das suas respectivas áreas, temas relacionados à sexualidade.

- 1.2.1 Estabelecer estratégias de ensino capazes de alinhar conhecimentos das disciplinas e assuntos relacionados à sexualidade
- 1.2.2 Avaliar melhores metodologias para o ensino sobre sexualidade a partir dos seus conhecimentos prévios
- 1.2.3 Implementar durante as aulas em sala modificações de comportamento para o ensino da sexualidade com os alunos

1.3 Identificar o contexto no qual os alunos estão inseridos.

- 1.3.1 Conhecer o território no qual a escola está inserida, bem como os bairros circunvizinhos;
- 1.3.2 Conhecer o contexto social em que os alunos e a escola estão inseridos;
 - 1.3.2.1 Levantar os tipos de famílias dos alunos;

1.3.2.2 Levantar a que raça e classe social pertencem os alunos;

1.3.2.3 Levantar se os alunos possuem alguma religião.

1.4 Diferenciar gênero de sexualidade.

1.4.1 Conhecer as diferenças entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual;

1.4.2 Conhecer as concepções sobre o corpo;

1.4.3 Reconhecer o corpo nas suas dimensões biopsicossocial.

1.5 Saber utilizar os recursos de mídia digital como conteúdo acessível aos adolescentes.

1.5.1 Levantar fontes confiáveis para pesquisa na rede mundial de computadores;

1.5.2 Identificar recursos eletrônicos de acordo com os recursos disponíveis e necessidades educacionais.

1.6 Reconhecer a importância, histórica e social, de se fomentar o debate sobre gênero e sexualidade na escola.

1.6.1 Conhecer marcos legais sobre os direitos e garantias fundamentais a todos os cidadãos;

1.6.2 Pesquisar os conhecimentos científicos historicamente construídos e, através de discussões e reflexões, oportunizar a mudança de atitudes a todos/as os/as sujeitos envolvidos na educação.

Com base na caracterização dos comportamentos de ensino, na elaboração das condições de ensino, a escolha cuidadosa de situações antecedentes de aprendizagem e na elaboração do programa a partir de algumas características dos professores, as aulas expositivas foram preparadas e compostas por conteúdos que abarcaram a legislação que delibera direitos à diversidade, a legislação que ampara a criança e marca legalmente a função do profissional professor na escola, termos e conceitos relacionados à diversidade, estratégias de acolhimento e cuidado e prevenção em saúde sexual.

Considerou-se, assim, a iminência entre as atividades de ensino programadas e a realidade do contexto da educação e dos professores, de modo a aumentar a probabilidade de apresentação dos comportamentos aprendidos, não só no contexto de ensino, mas também no seu contexto natural.

Resultados e Discussões

Gênero e Sexualidade nos discursos e construções: sobre o olhar de alunos do curso de Pedagogia UFMT/CUR

No livro História da Sexualidade, Michel Foucault (1985), compreende a sexualidade como uma "invenção social", ou seja, ela se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o

sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem verdades. Neste sentido, os discursos acabam por produzir uma cadeia simbólica de produção de subjetividades atreladas ao sexo biológico. “Se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade” (FOUCAULT, 2006, p.11).

Para Louro (2013), ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos homens e mulheres. Trata-se de forças e processos educativos, não lineares, que, na contemporaneidade, através da mídia, dos brinquedos, da literatura, do cinema e da música fazem com que indivíduos sejam transformados e aprendam a se reconhecer como homens e mulheres. Esses processos educativos ocorrem através de estratégias sutis e refinadas de naturalização que precisam ser reconhecidas e problematizadas.

Para Haraway (1995) e Butler (2016), gênero se constitui como uma categoria de análise crítica das relações sociais, de poder e mesmo do próprio fazer científico. Para essas autoras, na medida em que a ciência se desenvolve, ela contribui para a implementação e justificação do sistema de concepção binária dos sexos e dos gêneros, ou seja, a disponibilidade única dos corpos de serem machos ou fêmeas, femininos ou masculinos, assegurando, assim, a manutenção do status quo social de homem, branco, heterossexual e burguês.

Os mecanismos de poder realizam o endereçamento à compulsão heteronormativa que estipula que caracteres sexuais anatômico-fisiológicos, as nomeações sociais de gêneros, os desejos e práticas sexuais devem ser concordantes. Desta forma, os sujeitos que não se enquadram nesse sistema ideal de coerência e continuidade não correspondem a gêneros inteligíveis, masculino e feminino, e serão relegados à invisibilidade e à patologia (BUTLER, 2016).

Joan Socott (1995 p. 88) descreve que o gênero se dá como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, ou seja, é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Dito de outra maneira, “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.”

De acordo com Kabeer (1995, p.15), o gênero pode ser visto como “o processo através do qual indivíduos que nascem em categorias biológicas de machos ou fêmeas, tornam-se categorias sociais de mulheres e homens pela aquisição de atributos de masculinidade e feminilidade, definidos localmente”.

Para Butler (2016), gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados.

Neste sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero (BUTLER, 2016, p. 56, grifo da autora).

Para a autora, não há uma identidade de gênero por trás das expressões do gênero, pois esta identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões tidas como seus resultados. Assim, o gênero é produção que oculta a sua gênese política (BUTLER, 2016).

Na perspectiva de analisar a construção do conceito gênero, Lattanzio (2011) realizou pesquisa no intuito de preencher uma lacuna teórica, elaborando um conceito de gênero que se situe como fundamental dentro da metapsicologia psicanalítica.

O conceito de gênero expressa o resultado da designação, por parte do pequeno *socius*, de identidades e papéis relacionados ao sentimento de pertencimento a um dos grupos sociais classificados como masculino e feminino, sentimento esse que se relaciona às formas de se comportar, de sentir, de se vestir, de manifestar emoções, aos modos de gozar, de desejar, de amar etc. Tal designação é acompanhada de ruídos inconscientes, o que torna o gênero algo mais desorganizado e múltiplo. A atribuição de gênero é anterior à tomada de consciência e à própria descoberta da diferença anatômica e dos imperativos sociais de se posicionar perante ela. O gênero, assim, convive com o polimorfismo sexual infantil, apesar de já começar a fornecer ao Eu atributos de identidade (LATTANZIO, 2011, p. 65).

Desta maneira, o autor conclui que:

O sexo, assim, não é um dado biológico, não é um dado natural, não é um caractere inato (LATTANZIO, 2011, p.66).

Corroborando com os autores acima mencionados, Louro (2000) afirma que, em se tratando de gênero, não há nada exclusivamente natural.

A sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções e processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há nada de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 06, grifo da autora).

Por conseguinte, é no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais, sejam elas sexuais, de gênero, de raça, de nacionalidade, de classe, entre outras. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são

interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes (LOURO, 2000).

[...] as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 27, grifo da autora).

Por outro lado, as concepções, os valores e os hábitos que a ciência médica desenvolveu tiveram um papel significativo na construção e na ordenação da racionalidade social. Racionalidade esta que nasce colada às exigências de saúde do "corpo biológico" para a manutenção da saúde do "corpo social", ou seja, para a produção e reprodução do capital. Tal mecanismo tem assegurado, assim, o povoamento, a reprodução da força de trabalho e das relações sociais, proporcionando uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (FOUCAULT, 2006).

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 1985, p. 203).

Deste modo, a escola, como instituição de manutenção da ordem social vigente, reproduz ou mantém a dinâmica social, adaptando ou acomodando os sujeitos e, conseqüentemente, negando a sua autonomia.

Isso ocorre devido às dificuldades de seus profissionais. A educação continuada é uma das ferramentas que pode contribuir para a saída desse problema. Vieira e Matsukura (2017) realizaram um estudo sobre determinados desafios que corroboram com a manutenção de práticas de educação sexual centradas nas dimensões biológicas. Segundo os autores, embora existam políticas públicas que priorizem uma abordagem mais complexa da sexualidade, ainda assim as condições e preparo dos profissionais e serviços para a sua implementação indicam a necessidade de capacitação profissional para a execução das práticas e apoio para a efetivação da interdisciplinaridade, conforme é preconizado pelas políticas.

Com relação à sexualidade e à transexualidade, são engendradas práticas, discursos e saberes por meio do controle, ou seja, a escola contemporânea, como empreendimento biopolítico, constrói uma rede de poder-saber-controle, além de gerenciar e capturar os corpos sexuados, transmutando-os em corpos que produzem e consomem (SANTOS, 2015).

Considerações Finais

Ao analisar o que ocorre no interior das escolas por meio de situações vivenciadas pelos educadores, verifica-se que a escola está reproduzindo as discriminações e preconceitos que a sociedade insiste em manter (GOMES, 2003). Em contrapartida, percebe-se, também, que inúmeras tentativas estão sendo realizadas pelos educadores para superar essas diferenças.

Pode-se considerar que os futuros docentes demonstraram falta de conhecimento sobre o que é a categoria gênero, uma vez que parecem compreender a questão como uma construção social, mas não o fazem segundo uma reflexão teórica aprofundada. Os relatos demonstram contradições das concepções de gênero, pois, ao mesmo tempo, eles demonstram acreditar em padrões hegemônicos, como o feminino e o masculino determinados pela influência da educação familiar e da sociedade, e também percebem que esses padrões não se reproduzem de modo fixo no cotidiano de seu trabalho.

Dessa forma, a questão da relação entre diversidade e prática docente constitui aspecto relevante na construção de uma escola democrática, porém, sabe-se que a existência da diversidade provoca conflitos, tensões e resistências às mudanças de paradigmas, e essas questões foram as principais dificuldades enfrentadas na intervenção com os futuros docentes.

É necessário, portanto, investir na ampliação dos espaços institucionais e relacionais destinados a trabalhar as emoções, crenças e valores, no sentido da consolidação de práticas reflexivas em sintonia com a construção de uma cultura democrática de valorização da diversidade no contexto escolar.

Avalia-se também que nessa intervenção, em certa medida, os objetivos foram alcançados, considerando o tempo em que a atividade foi desenvolvida e o público em questão. Os participantes tiveram a oportunidade de expor suas opiniões sobre o tema e, ao final da intervenção, pôde-se observar mudanças de comportamento durante as verbalizações na exposição dos estudos de casos.

Nessa acepção, tendo em vista o pequeno tamanho da amostra, faz-se necessário que o trabalho seja realizado com mais profissionais da área educacional com o intuito de aprender a utilizar ferramentas para trabalhar com situações cotidianas que dizem respeito à sexualidade.

No decorrer desse processo, as principais dificuldades encontradas estiveram no âmbito da alta rotatividade das pessoas que participaram dos encontros no curso, de modo que não foi possível estabelecer parâmetros de análise individual. Nesse sentido, avaliamos que

uma comunicação mais efetiva junto aos alunos poderia ser viável para que pudéssemos avaliar os efeitos da intervenção com mais precisão.

Por fim, como afirma Louro (2000), as discussões sobre gênero devem permanecer inseridas e serem problematizadas no campo educacional por meio de debates e de divulgação da produção científica, sobretudo para os professores que trabalham diretamente com a formação de crianças, para proporcionar discussões que visem à elaboração de métodos e recursos pedagógicos a serem empregados na prática, para evitar a desigualdade no tratamento de meninos e meninas na escola.

Referências

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, SEA, Comissão Organizadora da CONEB, 2008.

_____. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. **Diretrizes para a Implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde/MEC, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Marco teórico e referencial saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007a. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007b.

BOTOMÉ, S. P. **Metodologia de pesquisa: A lucidez orientando a ação**. Em: T.R.S. Dias, F.E. Denari, & O.M. Kubo (Orgs.) *Temas em Educação Especial 2* (pp.311-324). Ed. da UFSCar. São Carlos (SP),1993.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O não-lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 28, p. 96-107, abr. 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 5. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade.** Vol. 1: A vontade de saber. 17 a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GATTI, Bernardete A. **Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses.** Educar em Revista, n. 50, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnicocultural** In: RAMOS, ADÃO, BARROS (coordenadores). Diversidade na Educação: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

GROSSI, M, P.(org); **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro: Garamond. 2005.

Haraway, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, n.5, 1995, p. 7-41.

KABEER, N. In: **Conceitos de Gênero no Planejamento e Desenvolvimento.** Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas para a promoção da Mulher – INSTRAW – ONU. Publicação do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal: GDF, 1995.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo. **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação.** 2011. 195f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LEITE, Lucia Pereira; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Intervenção reflexiva: instrumento de formação continuada do educador especial.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 21, n. 2, p. 207-215, ago. 2005.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 8.ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira (org); **Corpo Gênero e Sexualidade. Um debate contemporâneo na educação**. 9.ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2013.

Louro, Guacira. "**Sexualidade: lições da escola**". In: Meyer, D. E. E. (org.). *Saúde e sexualidade na escola*. 2. ed. Porto Alegre, 2000.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. **Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, jun. 2017.

Vianna, Claudia P.; Unbehaum, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 45, n. 157, p. 630-651, set. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez., 1995. p. 71-99